



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

228

Terceira Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no DGO e Apelação Cível nº 286289-3

Embargante: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

Procurador: Dayana Navarro Nóbrega

Embargado: Givanilda do Monte Ferraz

Advogado: Adolfo Henrique Nunes Monteiro OAB/PE023473

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM DGO E APELO. FUNAPE. PENSÃO POR MORTE. PAGAMENTO. ALEGAÇÃO DE OMISSÕES. PRESENÇA. NECESSIDADE DE SANAR TAIS VÍCIOS. TERMO INICIAL DO PAGAMENTO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO FORMALIZADO MAIS DE NOVENTA DIAS APÓS O ÓBITO. LCE 28/00. JUROS DE MORA. REGRA DE INCIDÊNCIA. VERBA DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA. APLICAÇÃO DO ART. 1º-F, SOMENTE A PARTIR DA SUA ALTERAÇÃO PELA LEI Nº 11.960/09. EMBARGOS DECLARATÓRIOS ACOLHIDOS, COM ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS INFRINGENTES. DECISÃO UNÂNIME.

1 - Do compulsar dos autos vê-se que o acórdão ora embargado, equivocadamente, não se debruçou sobre as matérias aqui ventiladas, recaindo em vício de omissão tanto por força da sujeição da sentença ao reexame necessário no que pertine à temática dos juros de mora, quanto por força da expressa arguição constante da peça de apelo da FUNAPE relativa ao termo inicial de sua condenação ao pagamento da pensão por morte, nos moldes da LCE nº 28/00;

2 - Os valores resultantes da condenação aqui imposta à FUNAPE após a entrada em vigor da Lei nº 11.960/09 devem sofrer a incidência dos juros de mora com base nos critérios ali disciplinados, enquanto que, no período anterior, o cômputo de tais juros deve seguir os parâmetros definidos pela legislação então vigente, que, em se tratando de verba de natureza previdenciária, era estabelecido pelo regime geral do direito civil - tal qual, aliás, bem se fixou na sentença do Juízo *a quo*, porém, sem atentar para a superveniente incidência e aplicação (não retroativa) da Lei nº 11.960/09;

3 - Sendo fato incontroverso nos autos que a formalização do requerimento administrativo para pagamento do benefício previdenciário de pensão por morte em 15.03.2007 se deu após transcorrido o prazo de 90 (noventa) dias do falecimento do ex-segurado, ocorrido em 22.11.2006, o termo inicial da percepção daquele benefício previdenciário não deve retroagir à data do óbito, e sim coincide com a data do protocolo daquele requerimento administrativo, conforme inteligência do art. 49, I, da LCE nº 28/00, nos moldes de sua redação então vigente. A respeito desse tema, frise-se, ainda, que o fato da matéria em questão somente ter sido expressamente refutada em grau de apelo em nada prejudica o intento da Funape, quanto mais porque, não bastasse o efeito devolutivo amplo daquele recurso e o fato da aludida parte já ter se dedicado, em sua anterior peça de contestação, à negativa do próprio direito reclamado pela parte autora/embargada, tal impugnação resultou dos moldes da condenação que lhe foi imposta na sentença, disso advindo o momento processual adequado à sua confrontação;

4 - Embargos Declaratórios acolhidos, com atribuição de efeitos infringentes, para sanar as omissões do acórdão embargado e com isso julgar parcialmente procedente o reexame necessário, prejudicado o apelo da FUNAPE, apenas para (i) determinar o pagamento de pensão por morte à embargada a partir da data do seu requerimento administrativo, bem assim para (ii) fazer incidir, com relação aos juros de mora, a aplicação do art. 1º-F, da Lei nº 9494/97, somente a partir da sua superveniente alteração pela Lei nº 11.960/09, respeitado o cômputo de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

tais juros pelo regime geral do direito civil em relação ao período pretérito, ressaltando-se, todavia, a manutenção da verba honorária no patamar inicialmente fixado na sentença do Juízo *a quo*, ante o caráter ínfimo da sua reforma tal qual aqui delineado. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

04

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Embargos de Declaração no DGO e Apelo nº 286289-3**, em que figuram, como Embargante, **FUNAPE**, e, como Embargada, **Givanilda do Monte Ferraz**, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes, nesta sessão de julgamento, da Egrégia 3ª CDP/TJPE, à unanimidade de votos, em **acolher** os Embargos de Declaração opostos, com atribuição de efeitos infringentes, a fim de sanar os vícios apontados e, com isso, dar parcial provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo da Funape, conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 06 de fevereiro de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



229

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

Terceira Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no DGO e Apelação Cível nº 286289-3

Embargante: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

Procurador: Dayana Navarro Nóbrega

Embargado: Givanilda do Monte Ferraz

Advogado: Adolfo Henrique Nunes Monteiro OAB/PE023473

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO

04

Cuida-se de **Embargos de Declaração** opostos pela **Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE** em face do acórdão pelo qual este órgão colegiado fracionário negou provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo da FUNAPE, mantendo-se em sua integralidade a sentença que concedera o benefício de pensão por morte em favor da autora pelo reconhecimento da constância de união estável com o *de cujus* até a data do seu óbito.

Nestes aclaratórios, alega a parte embargante que o *decisum* em tela padece de omissões relativas (i) ao termo inicial da condenação, considerando a data do requerimento administrativo para pagamento da pensão (arts. 49, I, c/c art. 50, LCE nº 28/00), e (ii) à aplicação correta dos juros de mora, nos termos do art. 1º-F, da Lei nº 9.494/97, com suas alterações posteriores.

Intimada a parte *ex adversa* para se pronunciar sobre os aclaratórios em razão do seu implícito caráter infrigencial, cuidou, aquela parte, em atravessar a petição de fls. 221/224, nela arguindo, resumidamente, que os temas em apreço não teriam sido deduzidos na peça de bloqueio da FUNAPE, sendo descabida a sua rediscussão.

Diante de tais razões, pugnou pelo conhecimento e provimento destes aclaratórios para sanar os vícios apontados.

É o relatório.

VOTO

Do compulsar dos autos, tenho que assiste razão ao embargante, eis que o acórdão ora embargado, equivocadamente, não se debruçou sobre as matérias aqui ventiladas, recaindo em vício de omissão tanto por força da sujeição da sentença ao reexame necessário no que pertine à temática dos juros de mora (nesse sentido: AgRg no REsp 1291244/RJ), quanto por força da expressa arguição constante da peça de apelo da FUNAPE (vide fl. 151) relativa ao termo inicial de sua condenação ao pagamento da pensão por morte, nos moldes da LCE nº 28/00.

Sendo assim, e diante do caráter integrativo destes aclaratórios, cuido em enfrentar tais matérias neste meu voto, a fim de sanar os vícios constantes daquele julgado.

No que tange aos juros de mora, é certo que, além do Colendo STJ já ter firmado o entendimento em sede de recurso repetitivo (REsp nº 1.205.946/SP)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

pelo qual o art. 1º-F, da Lei nº 9.494/97, com a redação que lhe deu a Lei nº 11.960/09, deve ser aplicado aos processos em curso, sem, contudo, retroagir, dito Tribunal Superior, levando em consideração o entendimento firmado no julgamento da ADI 4.357/DF pelo STF, também já consolidou o posicionamento, nos autos do RE nº 1.270.439/PR, igualmente submetido à sistemática do art. 543-C, CPC, de que **"nas condenações impostas à Fazenda Pública de natureza não tributária, os juros moratórios devem ser calculados com base no índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos da regra do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com redação da Lei n. 11.960/09"** (AgRg no Ag 1413353/SC) (grifei).

Tem-se, portanto, que, sanado este vício de omissão, os valores resultantes da condenação aqui imposta à FUNAPE após a entrada em vigor da Lei nº 11.960/09 devem sofrer a incidência dos juros de mora com base nos critérios ali disciplinados, enquanto que, no período anterior, o cômputo de tais juros deve seguir os parâmetros definidos pela legislação então vigente, que, em se tratando de verba de natureza previdenciária, era estabelecido pelo regime geral do direito civil – tal qual, aliás, bem se fixou na sentença do Juízo *a quo*, porém, sem atentar para a superveniente incidência e aplicação (não retroativa) da Lei nº 11.960/09.

Nesse sentido, reporto-me, mais uma vez, ao entendimento jurisprudencial do STJ:

"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. JUROS DE MORA. PRINCÍPIO TEMPUS REGIT ACTUM. 1. No período anterior à vigência da Lei 11.960/09, o art. 1º-F da Lei 9.494/97 tinha a seguinte redação: "Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano". Tal disposição normativa, portanto, não se aplicava, à época, a pagamento de verbas previdenciárias, que se submetia, no particular, ao regime geral do direito civil (art. 1º da Lei 4.414/64, art. 1.062 do CC/16 e art. 406 do CC/2002), observado o princípio tempus regit actum. Somente após a vigência da Lei 11.960/09, o art. 1º-F da Lei 9.494/97 passou a regular os encargos incidentes "nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza", estabelecendo que, "para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança". 2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no REsp 1200982/RS, 1ª Turma STJ, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, julgado em 16/08/2012)

Quanto ao termo inicial da condenação da FUNAPE ao pagamento da pensão por morte à parte autora/embargada, tenho que, sanada mais essa omissão do julgado, assiste razão àquela fundação pública estadual.

Com efeito, é fato incontroverso nos autos que o óbito do ex-segurado se deu em 22.11.2006 (vide certidão de óbito à fl. 21), ao passo que o requerimento administrativo da autora/embargada para concessão do benefício previdenciário de pensão por morte ocorreu, apenas, em 15.03.2007 (fls. 17/18).

Sendo assim, considerando que o requerimento administrativo em tela houve formalizado após visivelmente transcorrido o prazo de 90 (noventa) dias do falecimento do ex-segurado, tem-se que o termo inicial da percepção daquele benefício previdenciário pela parte ora embargada não deve retroagir à data do óbito do ex-



230
r

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

segurado, e sim coincide com a data do protocolo daquele requerimento administrativo, conforme inteligência do art. 49, I, da LCE nº 28/00, nos moldes de sua redação então vigente:

"Art. 49. A pensão por morte será devida aos dependentes a contar:

I - do óbito, quando requerida até 90 dias depois deste;"

Nesse sentido já se pronunciou este Egrégio TJPE, a exemplo, *mutatis mutandis*, do DGO e AP nº 239538-8 e do AP nº 185040-0.

A respeito desse tema, frise-se, por derradeiro, que o fato da matéria em questão somente ter sido expressamente refutada em grau de apelo em nada prejudica o intento da Funape, quanto mais porque, não bastasse o efeito devolutivo amplo daquele recurso e o fato da aludida parte já ter se dedicado, em sua anterior peça de contestação, à negativa do próprio direito reclamado pela parte autora/embargada, tal impugnação resultou dos moldes da condenação que lhe foi imposta na sentença, disso advindo o momento processual adequado à sua confrontação.

Ante o exposto, **ACOLHO os presentes aclaratórios** para, sanados os vícios de omissão que pairavam sobre o julgado ora embargado com a consequente atribuição de efeitos infringentes a este recurso, dar parcial provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo da FUNAPE, apenas para (i) determinar o pagamento de pensão por morte à embargada a partir da data do seu requerimento administrativo (15.03.2007), bem assim para (ii) fazer incidir, com relação aos juros de mora, a aplicação do art. 1º-F, da Lei nº 9.494/97, somente a partir da sua superveniente alteração pela Lei nº 11.960/09, respeitado o cômputo de tais juros pelo regime geral do direito civil em relação ao período pretérito, ressaltando-se, todavia, a manutenção da verba honorária no patamar inicialmente fixado na sentença do Juízo *a quo*, ante o caráter ínfimo da sua reforma tal qual delineado neste meu voto.

É como voto.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator